



A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS ATINGIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU

Jhones Donizetti Mendes¹
Sergio Fajardo²

RESUMO

A construção de usinas hidrelétrica reconfigura territórios, ocasionando a desterritorialização de inúmeras famílias do espaço rural, cujo impacto a grosso modo pode ser perceptível antes e depois da formação do lago artificial e disso, fala-se tanto na importância do território, mas como compreender as suas tramas? O presente artigo intitulado “A desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos pela implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu” tem como objetivo geral expor os casos de desterritorialização de alguns dos sujeitos sociais atingidos pela UHBI. Enquanto objetivos específicos, buscou-se apresentar reflexões multiterritoriais e correlacionar com a situação dos sujeitos sociais atingidos. Este estudo é importante porque possibilita que outros públicos (estudantes, atingidos, futuros atingidos de outras barragens, organizações sociais, gestores de políticas públicas, etc.) possam conhecer a problemática, servindo de orientação para redução de impactos hidrelétricos em outras localidades. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, o artigo é fruto de uma pesquisa teórica que expõe breves conceituações e que serviu de base para ampliar as discussões do projeto de tese. Enquanto resultados, pode-se expor alguns casos de desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos e a luta pela reterritorialização, que nem sempre foi harmônica no conflito de relações de poder. Diante disso, ao produzir o artigo, pôde-se compreender as distintas formas de compreender o território em sua multiterritorialidade (desreterritorialização), entre os interessados (sujeitos sociais atingidos e o CEBI), cujo aqueles que foram desterritorializados lutam por uma reterritorialização mais digna.

Palavras-chave: Multiterritorialidade, Expropriados, Barragem, Projeto Hidrelétrico, Lugar.

RESUMEN

La construcción de centrales hidroeléctricas reconfigura territorios, provocando la desterritorialización de innumerables familias rurales, cuyo impacto puede ser más o menos perceptible antes y después de la formación del lago artificial y que, se habla tanto de la importancia del territorio, pero ¿cómo entender sus tramas? El presente artículo intitulado “La desterritorialización de los sujetos sociales afectados por la implementación de la Central Hidroeléctrica Baixo Iguaçu” tiene como objetivo general exponer los casos de desterritorialización de algunos de los sujetos sociales afectados por la UHBI. Como metas específicas, se buscó presentar reflexiones multiterritoriales y correlacionarlas con la situación de los sujetos sociales afectados. Este estudio es importante porque permite que otros públicos (estudiantes, afectados, futuros afectados de otras represas, organizaciones sociales, gestores de

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de doutorado, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* CEDETEG- Guarapuava - PR, jhonesd@hotmail.com;

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* CEDETEG- Guarapuava – PR, sergiofajardo@hotmail.com;



políticas públicas, etc.) conozcan el problema, sirviendo de guía para reducir los impactos hidroeléctricos en otras localidades. En cuanto a los procedimientos metodológicos, el artículo es el resultado de una investigación teórica que expone breves conceptos y que sirvió de base para ampliar las discusiones del proyecto de tesis. Como resultado, se pueden exponer algunos casos de desterritorialización de los sujetos sociales afectados y la lucha por la reterritorialización, que no siempre fue armónica en el conflicto de relaciones de poder. Por lo tanto, al producir el artículo, fue posible comprender las diferentes formas de entender el territorio en su multiterritorialidad (desreterritorialización), entre los interesados (sujetos sociales afectados y CEBI), cuyas personas desterritorializadas luchan por una reterritorialización más digna.

Palabras clave: Multiterritorialidad, Expropiados, Represa, Proyecto Hidroeléctrico, Lugar.

INTRODUÇÃO

O Paraná é um dos estados que se sobressai na implantação e geração de energia por conta de projetos hidrelétricos, sendo a fonte de energia mais utilizada no estado, decorrente de seu relevo, disponibilidade, vazão dos recursos hídricos e interesses econômicos (ANEEL, 2021a). Seguindo esta reflexão, na escala estadual paranaense, o Iguaçu é um dos rios que se destacam na implantação de usinas hidrelétricas em virtude de sua vazão, topografia e investimentos, tanto que sua bacia hidrográfica possui seis unidades em funcionamento, cuja Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHBI) foi a última a ser instalada, localizada à jusante das demais, entre os municípios de Capanema³ e Capitão Leônidas Marques⁴, com início de construção em 2013 (GERAÇÃO CÉU AZUL, 2013, p. 1).

Para construir a UHBI, precisaram de espaço para implantação de sua infraestrutura, formação do reservatório artificial e para a formação da Área de Preservação Permanente (APP), o que possibilitou desterritorializar vários sujeitos sociais das áreas rurais dos municípios paranaenses de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Realeza e Nova Prata do Iguaçu, conforme ficou evidenciado no trabalho de Mendes (2018).

Sobre a temática, muito se fala da implantação de usinas hidrelétricas enquanto propulsoras do desenvolvimento e do progresso socioeconômico, porém, pouco se divulga sobre o impacto social como consequência, que foi o caso dos sujeitos sociais que

³ Pertencente à região imediata de Francisco Beltrão, conforme as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021a).

⁴ Pertencente à região imediata de Cascavel, conforme as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021b).



tiveram suas terras ocupadas pelos interesses da UHBI e que perderam seus laços de trabalho, meios de produção e relações de comunidade, fazendo com que as famílias atingidas ficassem na área remanescente ou tivessem que emigrar da propriedade, seja por livre escolha ou por ações judiciais.

Diante disso, o presente trabalho⁵ que é fruto do levantamento teórico da tese em desenvolvimento, teve como objetivo geral expor os casos de desterritorialização de alguns dos sujeitos sociais atingidos pela UHBI. Enquanto objetivos específicos, buscou-se apresentar reflexões multiterritoriais e correlacionar com a situação dos sujeitos sociais atingidos.

Este estudo é importante porque possibilita que outros públicos (estudantes, atingidos, futuros atingidos de outras barragens, organizações sociais, gestores de políticas públicas, etc.) possam conhecer a problemática, servindo de orientação para redução de impactos hidrelétricos em outras localidades.

METODOLOGIA

O artigo resulta de pesquisa teórica, qualitativa, cujas informações foram extraídas dos meios digitais de divulgação (artigos, livros, jornais, dissertações e teses, sítios eletrônicos e vídeos), para a redação da tese, tendo como área de interesse, notícias que tratam de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Planalto e Realeza, municípios pertencentes ao Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, que se voltem à problemática dos sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHBI.

Como o trabalho refere-se à desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos pela UHBI, antes de focar nos impactos sociais, é preciso compreender as abordagens teóricas multiterritoriais para que deem bagagem necessária para a sua compreensão geográfica.

ABORDAGENS MULTITERRITORIAIS

Anterior ao conceito de território e suas derivações (territorialidade, desterritorialização e reterritorialização), deve-se compreender a definição de espaço,

⁵ Este artigo é um recorte da tese em desenvolvimento pelo autor, aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de Doutorado, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), *campus* CEDETEG, Guarapuava-PR.



enquanto categoria geográfica, cujo território está inserido e se sofre modificações. Conforme Corrêa (2000, p. 17), o “espaço geográfico” ou “espaço”, é uma porção específica da superfície terrestre, caracterizada pelo ambiente ou de como o ser humano imprime suas marcas nele. Sendo assim, o sujeito social possui capacidade de apoderar-se dos dados ambientais para transformação desse espaço social de maneira que o espaço fique reconhecido como a união dos meios naturais com os meios sociais, no qual o espaço provido de interesse de poder, traz as características de território.

Segundo Saquet (2011, p. 9), o território é a

[...] construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto, é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado sobretudo, a partir das relações de poder, no entanto, envolvendo, sempre, as redes de circulação e comunicação, a natureza exterior ao homem, as diferenças, as desigualdades e as identidades culturais e identitárias.

Sendo assim, o território se molda a partir das relações de poder. Planejar a construção de barragem hidrelétrica é realizar uma representação do espaço, logo, uma apropriação, um domínio e um local de relações, mesmo que somente na imaginação.

Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 78, grifo do autor), também auxilia na compreensão do conceito de território como sendo “um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.*” Disso, a dimensão política é a primeira de destaque para a definição do perfil, mas não só ela, haja vista que as dimensões cultural (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e a econômica (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) também estarão presentes. Ademais, embora mencionemos que o território possui relações sociais de poder e que se destaca a vertente política, também temos que compreender que há influências de outras dimensões no contexto do território.

No caso das discussões territoriais, o que realmente importa saber é “[...] quem domina ou *influencia e como domina ou influencia esse espaço?*”, uma vez que o território é principalmente um meio de exercer o poder (SOUZA, 1995, p. 78, grifo do autor).

Se verificarmos o histórico de implantação da UHBI, percebe-se que a dimensão política do poder do Estado e do interesse privado do consórcio foi superior à resistência da população rural que foi atingida, tanto que havia um projeto denominado UHE Capanema na década de 1980, que foi suspenso e retornou em 2013 como a implantação da UHBI (MENDES, 2018).



Por conta disso, como o território se molda a partir das relações de poder, planejar a implantação de uma usina hidrelétrica é realizar uma representação do espaço, logo, uma apropriação, um domínio e um local de relações, mesmo que somente na imaginação.

Há também governos que consideram o território apenas como “[...] espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.” (FERNANDES, 2008, p. 200), ou seja, um território utilizado apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar, a exemplo dos territórios nacionais, estaduais, municipais e de outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governo. Desse modo, é cabível estudar o território apenas como espaço de governanças, como uno, ou estudá-lo em sua diversidade, pelas diferencialidades. Para a instalação de usinas hidrelétricas pode-se utilizar o discurso do interesse público, embora saibamos que nem sempre que este interesse refere-se à definição de “público” e, sim, para abastecer as indústrias, principalmente, as privadas.

Embora seguimos a linha de raciocínio de território de Haesbaert (2000) e Saquet (2011) e saibamos que é distinta da perspectiva de território de Raffestin (1993, p. 153), utilizamos uma reflexão deste autor apenas para lembrar que o território é muito mais do que pensar em uma propriedade rural cercada, por exemplo, é compreender a trama de relações sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas que se entrelaçam num determinado espaço, destacando essa relação de domínio. O capitalismo em sua ampliação, somado às forças produtivas e as relações de produção moldam o território.

Muitos dos sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHBI consideram suas propriedades rurais territórios, no entanto, esta categoria da Geografia não pode ser expressa apenas por bens materiais, haja vista, tamanha abrangência e, em conformidade com determinada vertente adotada. O território passa a ser adotado por algumas pessoas apenas como posse material, propriedade privada, contudo, ele é algo mais amplo e dinâmico, o que carece de discussões teóricas para melhor compreensão.

Cabe destacar que os territórios são heterogêneos. Conforme Fernandes (2008, p. 197), “Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente.” A implantação de usinas hidrelétricas representa a disputa de territórios distintos para atendimento aos seus determinados fins.



Já a territorialidade, é definida como sendo uma base de poder, “[...] a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.” (SACK *apud* HAESBAERT, 2006, p. 86-87). Deste modo, esta área identifica-se como território, logo, a territorialidade em qualidade precisa para o embasamento de um território, relaciona-se ao espaço quando há uma interação de poder que pode influenciar e controlar sujeitos sociais e as matérias pelo comando de um espaço.

Utilizaremos principalmente o embasamento teórico de Haesbaert (2000, p. 170) para compreender os processos desterritorializador/reterritorializador, cuja desterritorialização mais extrema é identificada como *aglomerados de exclusão*, cujos indivíduos perdem seus laços com o território e emigram.

Almeida (2008, p. 185) esclarece que o processo de desterritorialização para o migrante começa na terra natal, no momento em que começa a sonhar em sair daquela situação incômoda, cujo rompimento do pertencimento ocorre com a decisão de desfazer-se dos bens materiais, culturais e afetivos para refazer a vida em outras condições.

No caso dos sujeitos sociais atingidos por barragens, a desterritorialização ocorre não só material como psicológica a partir do momento em que souberam que foram considerados como sujeitos atingidos e que deverão ficar na área remanescente ou emigrar. Para eles, a desterritorialização significa além perda do local de moradia, a extinção das experiências de vida ocasionadas no decorrer dos anos, como as relações de vizinhança e familiar, muitas vezes, no mesmo espaço.

A reterritorialização, por sua vez, se trata em uma nova territorialidade, há um novo conjunto de relações diante da exterioridade. Para muitos que emigraram e se reterritorializam, representa o recomeçar, moldar aquele território conforme seus anseios, tendo o tempo como fator relevante. Ao compreender as abordagens territoriais compostas pelo território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, entendemos a Multiterritorialidade. Para Saquet (2009, p. 87), efetiva-se a territorialidade em diferentes escalas espaciais com variações no decorrer do tempo, por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, do controle, das identidades, além de outras relações sociais praticadas entre sujeitos sociais e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica quanto política e culturalmente.

Sobre os parágrafos anteriores, refletimos sobre a palavra “desterritorialização contida no título do artigo, no entanto, sabemos que toda desterritorialização ocasiona



concomitantemente a reterritorialização, o que é trabalhado em Haesbaert (2006) como desreterritorialização, haja vista que o sujeito social não fica perdido no espaço e, sim, se rearranja ordenando sua nova ocupação conforme suas limitações e poderes. Contudo, abordamos apenas a desterritorialização para enfatizar a perda territorial para o sujeito social atingido, haja vista que as fontes de informações não expuseram a reterritorialização dos mesmos sujeitos sociais atingidos.

Tendo em vista que foram abordadas nesta seção as abordagens multiterritoriais, a próxima apresenta reflexões sobre os sujeitos sociais que são atingidos pela implantação de barragens hidrelétricas.

REFLEXÕES SOBRE OS SUJEITOS SOCIAIS ATINGIDOS POR USINA HIDRELÉTRICA

Após o embasamento teórico sobre a implantação de grandes projetos hidrelétricos, pôde-se entender que os processos de desterritorialização da população atingida pela implantação do projeto hidrelétrico pode ocorrer de forma similar, no entanto, cada recorte espacial terá suas particularidades. Isto fica evidente no processo de construção da Itaipu (GERMANI, 2003; RIBEIRO, 2002), das usinas hidrelétricas localizadas no rio Iguaçu (KARPINSKI, 2007; SCHREINER, 2002), nas hidrelétricas de Santa Catarina (BARON; RENK, 2015; PICOLI, 2012), assim como em outras regiões do Brasil, entretanto, a característica da presente pesquisa é a particularidade intrínseca na problemática em questão.

De acordo com Sevá (2008, p. 46), a implantação de projetos hidrelétricos se simboliza no mundo inteiro um campo de disputas por terrenos e posições geográficas, acarretando em reestruturação fundiária das regiões onde são projetadas, o que acarreta a emigração de várias famílias que estavam estabelecidas na área que seria afetada.

A obra de Campos (2019, p. 124) chamou atenção para a refletir sobre os fluxos migratórios e para repensar o método de entrevista a ser aplicado para o desenvolvimento da tese, além de apresentar de maneira clara a discussão sobre repensar as migrações “[...] a partir de um arcabouço processual multiescalar”, de modo que as migrações seriam melhor compreendidas se dermos atenção para as transições que passam os indivíduos, as famílias e as populações como um todo.



Por meio da emigração, fica estabelecido uma relação com dois aspectos culturais caracterizadas como regiões de partida e regiões de chegada, tendo em vista que a emigração vai permitir que as comunidades das regiões de partida tenham um contato súbito com os valores culturais desenvolvidos (ALMEIDA, 1974, p. 208).

Segundo a Defensoria Pública do Paraná (DPPR, 2016), o reservatório da UHBI deveria desalojar aproximadamente mil famílias que moravam na área que seria afetada. Vale ressaltar que houve várias manifestações e tentativas de negociações por parte da população atingida, haja vista que os valores indenizatórios propostos desde 2013 pelos empreiteiros estavam 80% abaixo do mercado, além de que até 2016, não haviam identificado a área que deveria ser destinada para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), levando em conta que deveria ser compatíveis com as atividades agropecuárias desempenhadas pelos proprietários das áreas que seriam submersas pelo reservatório e utilização de APP. Por isso, é importante entender o sujeito social atingido enquanto indivíduo, estrutura familiar e da comunidade.

Como os representantes da UHBI não haviam informado uma área de reassentamento das famílias, um grupo de atingidos acampou em frente ao portão do canteiro de obras da usina, mesmo havendo um mandado de reintegração de posse para que eles fossem retirados do local (DPPR, 2018). No dia 08 de setembro de 2016, ocorreu um conflito⁶ entre a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) e os sujeitos sociais atingidos que ocuparam o canteiro de obras, deixando vários feridos (DPPR, 2018).

Baumann (1998, p. 28) afirma que os servidores uniformizados seriam mais temidos, por isso, os estranhos teriam certo medo por parte de populações uniformizadas a serviço do estado, cujo este era a “[...] fonte de todo o poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade.” Essa passagem exemplifica o caso da PMPR, representantes que transformaram o poder em ação, cometendo atos em nome do estado e da ordem. Ainda, ressalta-se que a UHBI é formada pelo Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) pela sociedade mista da Neoenergia (70% das ações) com a COPEL (30%), logo, também é interesse do estado que continuassem os trabalhos para finalização da UHEBI.

⁶ CATV (2016). Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/catve/videos/baixo-iguacu-agricultores-e-pm-entram-em-confronto-na-entrada-da-usina,8213434.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.



No caso do conflito mencionado, o comandante dos pelotões da PMPR, tentou dialogar para uma retirada pacífica, porém, como os sujeitos sociais atingidos não tiveram seus direitos garantidos e que os representantes do consórcio hidrelétrico não compareceram para negociações, permaneceram no local e foram dispersos com uso de gás de pimenta e balas de borracha⁷ (MAB PARANÁ, 2016). Quando se aborda a categoria território enquanto espaço dotado de relações de poder, a conflitualidade está intrínseca no processo.

Outro exemplo de desterritorialização mais intensa ficou evidente no vídeo divulgação pelo MAB (2018)⁸, em que o CEBI consegue autorização para demolição de infraestrutura e o agricultor que era proprietário, não pôde fazer nada além de observar a demolição, pois não estava de acordo com o valor da indenização, porém o CEBI depositou em juízo e sem o proprietário estar de acordo, começou a destruir todas as benfeitorias na propriedade.

Sobre a parte de divulgação de explicação para a desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos, os números possam ser utilizados como propaganda para justificar a implantação de projetos hidrelétricos enquanto sinônimos de progresso e de desenvolvimento, cujo Locatelli (2015, p. 7) afirma que a comunicação tem poder estratégico, também temos que enfatizar as possibilidades de impactos sociais ocasionados pela implantação de usinas hidrelétricas, haja vista que para fazer a construção do canteiro de obras, as infraestruturas e a barragem e área do lago e entorno, retirarão os sujeitos sociais das áreas a serem atingidas. A divulgação foi bastante enfatizada pelo CEBI, transmitida nas emissoras de rádio, internet e jornais impressos.

Sobre a divulgação da emigração de famílias atingidas, quem faria as coberturas do fato seriam os meios de comunicação regional, no entanto, isto não foi muito exposto nas mídias, como se não gerasse tanta repercussão, com exceção das redes sociais do MAB (MAB, 2018; MAB PARANÁ, 2016), que tem esta finalidade.

Diante o exposto, pôde-se compreender que a emigração de sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHBI nem sempre foi harmoniosa. Nas dissertações de Barros e de Mendes (2018) e Barros (2020) ficou evidente migrações forçadas em vários

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mabparana/videos/929988390462119>. Acesso em: 21 mar. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mabbrasil/videos/1763294533779193>. Acesso em: 20 mar. 2021.



casos, cuja indenização não aceita pelo atingido foi depositada em juízo e realizaram a expropriação.

Disso, muitos reterritorializaram outra propriedade rural, no município, região ou dentro do estado do Paraná, outros decidiram cessar as atividades no campo e migraram para a cidade por conta da idade mais idosa ou acompanhar os estudos dos filhos. Também, teve casos de famílias que se separam no processo de indenização, cujo o pai recebeu uma propriedade em determinada localidade e o filho, em outra, impedindo o filho de auxiliar na produção familiar.

Ainda, houve aqueles que receberam área de reassentamento rural coletivo enquanto indenização, seja na área rural de Capanema, Capitão Leônidas Marques ou Santa Tereza do Oeste, podendo continuar sua relação de trabalho no espaço agrário, tendo que reestruturar a propriedade conforme seu interesse e condição (BARROS, 2020).

Logo, compreendemos que as migrações geram espaços de relações (emigrante-imigrante), cujo emigrar é entender e aceitar que existem outros espaços, além do seu espaço local e rotineiro. Para muitos atingidos, foi o momento para ir em busca de outros locais, como enfatiza Almeida (1974, p. 207), à procura que buscar meios para manter sua família ou de cessar as atividades naquele ramo de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos derivam de pesquisa teórica, sejam eles referentes aos dados de geração de energia hidrelétrica, como as informações cedidas por meios de imprensa e demais sítios eletrônicos específicos que abordaram a temática.

O estado do Paraná se destaca na potência outorgada de geração hidrelétrica, haja vista que dos 250 empreendimentos (Centrais Geradoras Hidrelétricas, Eólicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Fotovoltaicas, Usinas Hidrelétricas e Usinas Termelétricas), apenas 17 usinas hidrelétricas geram o correspondente a 15.065.636,00 kW de potência outorgada, o que representa 85,18% da capacidade instalada no estado (ANEEL, 2021b).

No entanto, a implantação de usinas hidrelétricas não apresenta só impactos positivos, embora, eles sejam utilizados como propagandas sinônimas do desenvolvimento, mas também, acarretam impactos negativos como o fato da



expropriação de famílias atingidas pela formação da barragem. Portanto, há necessidade de discutir que a implantação de projetos hidrelétricos simboliza no mundo inteiro um campo de disputas por terrenos e posições geográficas, acarretando em reestruturação fundiária das regiões onde são projetadas.

Segundo Sevá (2008, p. 46), os sujeitos socialmente determinados por detrás dos consórcios, por meio de suas influências sobre os meios naturais, sociais e político-econômicos, possuem o poder de transformar os espaços para satisfazerem os seus interesses, no caso do consórcio, é a geração de energia elétrica.

De modo similar, é destacado por Baumann (1998, p. 34), quando afirma que por conta da competição de mercado, da liberdade de capital, priva outras liberdades. No caso nosso estudo, a implantação de usinas hidrelétricas que visam alimentar cada vez mais o setor consumidor, priva as sociedades mais frágeis, em busca do interesse econômico.

Neste jogo de poder, nem sempre todos ganham, afinal, o que pode beneficiar a um público, poderá impactar outro, como no caso da implantação da UHBI, desterritorializando várias famílias daquela região (Figura 1)⁹ para gerar energia, cujo 183/350,2 MW para vender à empresa Vale, do estado de Minas Gerais, antes mesmo da hidrelétrica ser construída (USINA BAIXO IGUAÇU, 2017). Aqui, relacionamos a reflexão de Robson Sebastian, membro do MAB em que ressalta que a venda direta para a Vale derruba o argumento de que as hidrelétricas são implantadas em prol do benefício da população e do desenvolvimento regional (GHISI, 2016).

Sobre esta passagem, encaixa bem neste estudo a pergunta do movimento dos atingidos evidenciada por Vainer e Araújo, (1992, p. 80, grifo do autor), “*energia para quem e energia para quê.*”, afinal, causam um considerado impacto em uma localidade para abastecer outra, com o intuito do lucro.

Figura 1 – Perspectiva de área alagada e de propriedades atingidas pela construção da UHE Baixo Iguaçu

⁹ A figura 2 serve apenas como uma perspectiva, pois sabe-se que o número de famílias atingidas foi superior porque alteraram o projeto da UHE Baixo Iguaçu para elevar a cota d’água e, assim, aumentar a extensão do reservatório.



Fonte: Jasper (2008)

Para isso, basta refletirmos sobre o impacto social dos sujeitos sociais atingidos pela construção da hidrelétrica Itaipu Binacional, exposto por Ribeiro (2002, p. 13-14), cujos agricultores atingidos, ao fim da construção, sofreram um processo violento de desenraizamento, já que os proprietários rurais e trabalhadores perderam o seu território conhecido. Imagina viver ou ter relação naquele espaço e num período bem curto, ter que emigrar ou reduzir o tamanho da propriedade, se reorganizar e começar um novo desenvolvimento territorial?

Embora os representantes dos projetos hidrelétricos utilizem os meios de comunicação para promover suas implantações enquanto sinônimas de desenvolvimento, como ressalta Locatelli (2015, p. 7), os impactos ambientais e sociais também devem ser publicizados. Segundo Sevá (2008, p. 46), os sujeitos socialmente determinados por detrás dos consórcios, por meio de suas influências sobre os meios naturais, sociais e político-econômicos, possuem o poder de transformar os espaços para satisfazerem os seus interesses, no caso do consórcio, será a geração de energia elétrica.

A Defensoria Pública do Paraná (DPPR, 2016a) informou que o reservatório da UHBI deveria desterritorializar aproximadamente mil famílias que moravam na área possivelmente afetada. Vale ressaltar que houve várias manifestações e tentativas de negociações por parte da população atingida, haja vista que os valores indenizatórios propostos desde 2013 pelos empreiteiros estavam 80% abaixo do mercado e que o valor



indenizatório não estaria compatível com as atividades agropecuárias desempenhadas pelos proprietários das áreas que seriam submersas pelo reservatório e utilização de APP.

A indenização é definida como a reparação de um dano (DICIO, 2021). Por conta disso, não deve ser o valor de compra e venda apenas, tendo a concepção de que eles não queriam sair do seu lugar, mas que estavam sendo forçados a sair (desterritorializados) para a viabilidade hidrelétrica (reterritorialização da UHBI). Para o sujeito social atingido, o valor da terra não é apenas físico, mas também, simbólico.

No início de setembro de 2016, a falta de informação sobre uma área para reassentamento das famílias atingidas por parte dos representantes da UHBI, motivou a formação de acampamento em frente ao portão do canteiro de obras, mesmo havendo um mandado de reintegração de posse para que fossem retirados do local (DPPR, 2016b).

No dia 08 de setembro de 2016, ocorreu um conflito¹⁰ entre a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) e os sujeitos sociais atingidos que ocupavam o canteiro de obras, pois após o comandante da operação militar não conseguir convencer a população atingida a sair da frente do portão do canteiro de obras da barragem, já que os sujeitos sociais atingidos não tiveram seus direitos garantidos e a empresa não quis dialogar, a PMPR avançou, tendo como consequência, pessoas feridas¹¹ (MAB PARANÁ, 2016).

A PMPR representa a transformação do poder em ação, executando atos em nome do estado, no caso, a desterritorialização da população atingida. Ainda, ressalta-se que 30% das ações da UHBI pertencem à estatal COPEL, logo, também é interesse do estado que continuassem os trabalhos para finalização do projeto hidrelétrico. Os outros 70% pertencem à empresa carioca Neoenergia, cuja a junção das acionistas formam o CEBI (MAB, 2018).

Segundo o Observatório da Questão Agrária no Paraná (2017), foram aproximadamente 1.025 propriedades/famílias atingidas pelos impactos do empreendimento hidrelétrico.

¹⁰ CATV (2016). Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/catve/videos/baixo-iguacu-agricultores-e-pm-entram-em-confronto-na-entrada-da-usina,8213434.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mabparana/videos/929988390462119>. Acesso em: 21 mar. 2021.



Outro caso de desterritorialização ficou evidente no vídeo divulgação pelo MAB (2018)¹², em que o CEBI possui autorização e destrói a infraestrutura de um agricultor familiar que não pôde fazer nada além de observar a demolição, pois não estava de acordo com o valor da indenização, porém o CEBI depositou em juízo e começou a destruir todas as benfeitorias na propriedade, tendo o acompanhamento da PMPR.

Outro impacto que pode ocorrer refere-se a novas áreas que podem ser atingidas no caso de enchentes, pois como relembra o Observatório da Questão Agrária no Paraná (2017), em 2014, o excesso de chuvas elevou o nível do reservatório da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, 30 quilômetros distante da UHBI, cuja abertura das comportas ocasionou uma enxurrada que destruiu casas e outras benfeitorias próximas às margens do rio Piquiri e que muitos “[...] acabaram perdendo tudo que tinham, em poucas horas o nível do rio subiu muito, e somente 14 meses após o ocorrido as famílias começaram a receber as indenizações.”

Esta situação também foi enfatizada na publicação “Usina Baixo Iguaçu: Famílias denunciam alagamento”, pela página de internet da Rádio Clube Realeza (2019), em que manifestaram a preocupação dos moradores do remanso no entorno do território da UHBI, já que o enchimento do reservatório ocorreu em dezembro de 2018 e em março de 2019, as chuvas promoveram insegurança e mostraram os riscos de alagamentos, cujas águas ultrapassaram a faixa de 100 metros de APP, ocasionando também,

[...] danos em lavouras, pastagens e o nível da água chegou muito próximo das casas dos moradores. As famílias temem um acontecimento igual ao de 2014, quando a abertura sem aviso prévio das comportas da UHE Salto Caxias, somada à baixa vazão das comportas da UHE Baixo Iguaçu, gerou uma enchente de grandes proporções, devastando as áreas de moradias de mais de 400 famílias (RÁDIO CLUBE REALEZA, 2019).

No que diz respeito ao RRC, de acordo com o Observatório da Questão Agrária no Paraná (2017), é “[...] uma forma de manter a comunidade ainda viva, morando em uma zona próxima [...]”. Para o reassentado, esse reterritorializar implica trabalho para deixar o território do seu gosto, conforme suas limitações. De acordo com Almeida (1974, p. 203), qualquer movimento migratório insere mudanças na relação dos migrantes com o espaço, cujo este se torna compreendido como geográfico, carregado de significações socioculturais. Disso, reflete-se que é muito mais que um pedaço de solo,

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/mabbrasil/videos/1763294533779193>. Acesso em: 20 mar. 2021.



tem históricas, heranças, e vários significados que foram construídos na relação, individual, familiar e comunitária.

Cabe lembrar também, no caso da implantação da UHBI, há situações em que o sujeito social atingido pelo projeto hidrelétrico pôde ficar no remanescente de sua propriedade ou perder o domínio por completo para a empresa e, como consequência, foi desterritorializado e precisou ir para outro espaço. Também, há casos de trabalhadores que perderam o contato com a terra que foi alagada ou destinada à APP ou até mesmo, para o canteiro de obras.

Como forma de resistir à violação de direitos, no dia 06 de março de 2017, os sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHBI protestaram em frente à sede do CEBI, em Capanema, de modo a cobrar o cronograma de cadastramento físico das propriedades atingidas, assim como, de 2013 a 2017 ainda não tinham garantia do RRC (GHISI, 2017).

O RRC só foi conquistado em uma reunião em 09 de março de 2018, com a assinatura do termo de opção individual das famílias atingidas, sendo a reterritorialização almejada por alguns (MAB, 2018). Conforme Ghisi (2017), o RRC promove a realocação de modo a “[...] recomeçar a vida em outro lugar.”, e promover o reterritorializar.

Cabe enfatizar que embora o projeto hidrelétrico da UHBI tenha sido planejado antes de 2013, cuja obra começou neste ano, apenas em março de 2018, depois de muita luta, foi que algumas famílias conseguiram a modalidade de RRC. Quem não aguentava mais a incerteza, aceitou a modalidade Carta de Crédito.

Na luta pela defesa do território do sujeito social atingido, não é apenas o valor econômico que está em jogo, mas sim, suas variadas relações que foram construídas naquele espaço, cuja memória faz o favor de reviver. Picoli (2012, p. 110), acentua esse pensamento, tendo em vista que em uma propriedade “[...] não se configuram apenas valores monetários, mas, também simbólicos: representa o trabalho, o sofrimento, o esforço para criar os filhos.” Enfim, na casa, estabelecem valores que não podem ser contabilizados, nem mesmo racionalizados.

Tuan (1980, p. 111) ressalta que o agricultor tem apego com a terra de modo intenso porque é de sua utilização que tira o sustento, sendo também, um repositório de lembranças. Isto fica comprovado no texto de Ghisi (2016) quando destaca a fala agricultores atingidos e o seu apego ao lugar:



“Eu nasci nesse lugar. A gente chegou era tudo mato, tinha só uns ranchinhos. Fomos roçando, trabalhando, plantando”, conta Liane Terezinha de Jesus Welter, enquanto aponta para a lavoura em que ela e o esposo, Valmir José Welter, cultivam verduras, legumes, cana de açúcar e pasto para alimentar vacas leiteiras. Naquelas terras, os dois criaram quatro filhos.

Ao compreendermos que nas discussões territoriais da UHBI, a conflitualidade está intrínseca, com respeito à desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos e a reterritorialização por parte do CEBI, entende-se as relações de poder enquanto domínio e resistência.

Embora não foi mencionado na revisão literária a forte atuação do MAB Paraná, é importante destacar a intensa atuação do movimento social, seja para divulgar as ações ocorridas com o público atingido e, também, para orientar a população na luta da violação de seus direitos, conforme pode ser verificado nas referências do MAB deste artigo e na publicação de Ghisi (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises tecidas neste estudo, compreende-se que para os atingidos a desterritorialização significa além da perda do local de morada e/ou de trabalho, representa a perda das referências de vida desempenhada ao longo da vivência, inclusive, a perda de conquistas ancestrais e de muito serviço.

Com isso, o CEBI, responsável pela UHBI, reconfigurou o espaço para a instalação da usina hidrelétrica, com a expropriação de sujeitos sociais atingidos naqueles territórios para permitir a construção do canteiro de obras e demais infraestruturas, da nova delimitação da APP e para formação do lago artificial do Baixo Iguaçu, podendo o sujeito social atingido sair totalmente do seu território ou ter parte dele atingido, segundo o planejamento do consórcio empreendedor hidrelétrico. Diante o exposto, pôde-se compreender de modo sucinto que a desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHBI não foi harmoniosa e depois de muita luta, alguns conseguiram indenizações um pouco melhores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. Trabalhadores Estrangeiros na Europa Ocidental. *COMMISSION NATIONALE POUR LES ÉTUDES INTERESTHINIQUES*. Paris-Sorbonne, 5-7 jun. 1974, p. 203-212.



ALMEIDA, M. G. de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 175-196.

ANEEL. Capacidade instalada por estado. **SIGA – Sistema de Informações da ANEEL**. Brasília: ANEEL, 2021a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 25 maio 2021.

ANEEL. **Capacidade instalada por Estado**: PR. Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Brasília: ANEEL, 2021b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARON, S.; RENK, A. UHE Foz do Chapecó: estratégias dos agentes envolvidos e o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento (RBPD)**, v. 1, n. 1, p. 114-115, jul./dez. 2012.

BARROS, M. J. de. **Estado e a produção de energia elétrica no Brasil**: a organização coletiva dos produtores rurais atingidos por barragens do Rio Iguaçu no Oeste e Sudoeste do Paraná. 2020. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 27-48.

CAMPOS, M. B. de. Repensando as migrações a partir de um arcabouço processual multiescalar. REMHU, **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 123-139.

CATV. Baixo Iguaçu: agricultores e PM entram em confronto na entrada da usina. **TERRA TV**, 08 set. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/catve/videos/baixo-iguacu-agricultores-e-pm-entram-em-confronto-na-entrada-da-usina,8213434.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 1-47.

DICIO. **Significado de Indenização**. Dicionário *Online* de Português, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/indenizacao/>. Acesso em: 10 maio 2021.

DPPR. Defensoria apoia famílias atingidas pela Usina de Baixo Iguaçu. Curitiba: **DPPR**. Curitiba, 11 ago. 2016a. Disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.def.br>



/2016/08/518/Defensoria-apoia-familias-atingidas-pela-Usina-de-Baixo-Iguacu.html.
Acesso em: 14 maio 2021.

DPPR. Representantes das famílias atingidas por barragens do Baixo Iguaçu solicitam intervenção da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **DPPR**. Curitiba, 05 jul. 2018. Disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/07/1069/Representantes-das-familias-atingidas-por-barragens-do-Baixo-Iguacu-solicitam-intervencao-da-Defensoria-Publica-do-Estado-do-Parana.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

FERNANDES, B. M. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-216.

GERAÇÃO CÉU AZUL. Usina Baixo Iguaçu: Plano Básico Ambiental Consolidado. **Grupo Neoenergia**. Rio de Janeiro: Grupo Neoenergia, mar. 2013. 640 p. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/aa25cefdb49b09ec4c79d3b98911415.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GERMANI, G. I. Expropriados. **Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. 266 p.

GHSI, E. Agricultores atingidos por barragem lutam pelo direito à terra, no Sudoeste do Paraná. **Brasil de Fato**, 06 out. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/10/06/agricultores-atingidos-por-barragem-lutam-pelo-direito-a-terra-no-sudoeste-do-parana>. Acesso em: 11/11/2021.

GHSI, E. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu protestam em frente à Neoenergia, em Capanema. **Brasil de Fato**, 06 mar. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/06/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-protestam-em-frente-a-neoenergia-em-capanema>. Acesso em: 11/11/2021.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-205.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

IBGE. Francisco Beltrão. Portal Cidades, **IBGE**, 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/francisco-beltrao/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2021.

IBGE. Cascavel. Portal Cidades, **IBGE**, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2021.

JASPER, F. Empresa privada vai construir Baixo Iguaçu. **Gazeta do Povo**. Economia: Energia. Curitiba-PR, 30 set. 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/>



economia/empresa-privada-vai-construir-baixo-iguacu-b7b1zgaambi6j832jscab895a.
Acesso em: 08 mar. 2021.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória:** Relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). Dissertação para o título de Mestre em História. UFSC, SC: [s. n.], Florianópolis, 2007, 142 f.

LOCATELLI, C. (org.). **Barragens imaginárias:** A construção de hidrelétricas pela comunicação. Florianópolis: Insular, 2015, p. 1-301.

MAB. Atingidos do Baixo Iguaçu conquistam 1º reassentamento. Notícias. **MAB**. 12 mar. 2018. Disponível em: <https://mab.org.br/2018/03/12/atingidos-do-baixo-iguacu-conquistam-1-reassentamento/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MAB PARANÁ. Massacre no Baixo Iguaçu-PR. **Facebook MAB Paraná**, 08 set. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/mabparana/videos/929988390462119>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MAB. Famílias retiradas pela UHE Baixo Iguaçu. **Facebook MAB BRASIL**. 22 out. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/mabbrasil/videos/1763294533779193>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MENDES, J. D. **A influência do processo de construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu na reconfiguração territorial dos municípios atingidos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná-Brasil**. 2018. 285 f. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. O que há por trás da energia que consumimos? Relato da visita a uma comunidade atingida pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. **Blogspot**. 3 ago. 2017. Disponível em: <http://questaoagrariapr.blogspot.com/2017/08/o-que-ha-por-tras-da-energia-que.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PICOLI, B. A. **Sob os desígnios do progresso**. Xanxerê: News Print, 2012. 275 p.

RÁDIO CLUBE REALEZA. Usina do Baixo Iguaçu: Famílias denunciam alagamento. **Rádio Clube Realeza**, 29 mar. 2019. Disponível em: <http://radiocluberza.com.br/noticia.aspx?t=usina-do-baixo-iguacu-familias-denunciam-alagamento>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. Série Temas. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-222.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do Conceito:** vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. 116 p. (Coleção Thésis).



SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In.*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *RESGATE*, XIX, nº 21 – jan/jun. 2011, p. 5-15.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. 444 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002, p. 38-65; 120-129; 185.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétricos, a natureza e a sociedade. *CIÊNCIA E CULTURAL [online]*. 2008, vol. 60, n. 3, p. 44-50. ISSN 2317-6660.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In.*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel. 1980, p. 107-288.

USINA BAIXO IGUAÇU. Dados do projeto técnico. **Blogspot**. Capitão Leônidas Marques, 7 abr. 2017. Disponível em: <http://usinabaixoiguacu.blogspot.com.br/2014/06/dados-do-projeto-técnico.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 88 p.